

Licitações

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº [REDACTED] /2026

CONTRATO DE EMPREITADA XXXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E A EMPRESA [REDACTED].

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950, Ronda, CEP 84.051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por [REDACTED], **Secretária Municipal de Educação**, nomeado através do Decreto nº [REDACTED], publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia [REDACTED], Matrícula Funcional [REDACTED]; e,

CONTRATADA: EMPRESA [REDACTED], pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua [REDACTED], cidade de [REDACTED], Estado [REDACTED], CEP [REDACTED], telefone/celular ([REDACTED]) [REDACTED], e-mail [REDACTED], inscrita no CNPJ nº [REDACTED], representada pelo Senhor(a) [REDACTED], função [REDACTED], portador da CIRG nº [REDACTED] e do CPF [REDACTED], e-mail [REDACTED], telefone/celular ([REDACTED]) [REDACTED], conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos,

INTERVENIENTE ANUENTE: SEGURADORA [REDACTED], pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua [REDACTED], cidade de [REDACTED], Estado [REDACTED], CEP [REDACTED], telefone/celular ([REDACTED]) [REDACTED], e-mail [REDACTED], inscrita no CNPJ nº [REDACTED], representada pelo Senhor(a) [REDACTED], função [REDACTED], portador da CIRG nº [REDACTED] e do CPF [REDACTED], e-mail [REDACTED], telefone/celular ([REDACTED]) [REDACTED],

Tendo em vista o que consta no processo **SEI007142/2026** e em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, pelas normas específicas: Normas Técnicas da ABNT pertinentes e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente do processo licitatório da **Concorrência 24/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1 CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a **Elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução completa da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na ESCOLA JOSE PINTO ROSAS**, em conformidade com as exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

2 CLÁUSULA 2ª – VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos** contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal no 14.133/2021.

3. CLÁUSULA 3ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto serão executados em conformidade com as especificações constantes no edital e seus anexos.

3.2. O regime de execução deste contrato é **integrada**.

4. CLÁUSULA 4ª: PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. Os serviços serão executados no prazo de **170 (cento e setenta) dias corridos**.

4.2. O prazo de execução será contado do primeiro dia útil do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho pela Contratada.

4.3. O prazo de execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato com no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo de encerramento da execução.

4.3.1 Não será aditado o prazo que tenha como justificativa a precipitação, se esta estiver até 25% acima da média prevista para o referido mês, com base nos dois últimos anos, para o município de Ponta Grossa, baseado nos dados do órgão técnico SIMEPAR

4.4. Nos casos em que a prorrogação automática for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de execução e vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município.

5. CLÁUSULA 5ª- SUBCONTRATAÇÃO

5.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

5.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação. É vedada a subcontratação de empresas e MPEs, EPPs que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

5.5 São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

a) Indicar as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas e qualificadas pelas empresas interessadas no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

b) Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização conforme previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015,

5.6 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5.7 A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.8 O CONTRATADO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.10 Se houver subcontratação de micro e pequenas empresas deverá ser dada preferência às sediadas localmente, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas às regionais, nos termos do art. 10 da Lei Municipal 11.222/2015.

6 CLÁUSULA 6ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2025, conforme abaixo:

Código reduzido: 738, 739, 740 e 741 - **Órgão:** 14.002.12.361.0076.1.098./4.4.90.51.00.00 - **Recurso Federal:** 107. **Recurso Próprio:** 103, 104 e 1000

Código reduzido: 925 - **Órgão:** 14.003.12.361.0076.1.110./4.4.90.51.00.00 - **Recurso Federal:** 102

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6.3. As adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do contrato serão vinculadas a este instrumento, através de apostilamento.

7. CLÁUSULA 7ª - DO PREÇO

7.1. O preço para o presente ajuste é de **R\$ _____**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

7.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual.

8. CLÁUSULA 8ª- DA GARANTIA DA OBRA

8.1. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

9. CLÁUSULA 9ª - DO SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA

9.1. Como garantia à execução do objeto, a **CONTRATADA** deverá apresentar apólice de seguro-garantia, com previsão expressa de **Cláusula de Retomada**, no percentual de **10%** do valor total atualizado do contrato, nos termos do art. 102 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Caracterizado o inadimplemento contratual que justifique a rescisão por culpa da **CONTRATADA**, a **ADMINISTRAÇÃO** notificará formalmente a Seguradora para que esta, no prazo de **30 (trinta)** dias, manifeste sua opção por:

- **I** - Assumir a execução e concluir o objeto do contrato, sub-rogando-se nos direitos e obrigações da contratada original; ou
- **II** - Efetuar o pagamento da importância segurada (indenização).

9.3. Execução pela Seguradora: Caso opte pela retomada, a Seguradora poderá concluir a obra por meios próprios ou por meio de subcontratação de terceiros, desde que estes comprovem a mesma qualificação técnica e regularidade fiscal exigidas no certame original e obtenham anuência prévia da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

9.4. Pagamentos: Os pagamentos relativos ao saldo remanescente da obra serão efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO** diretamente à Seguradora ou à empresa por ela subcontratada, conforme as medições forem aprovadas pela fiscalização, respeitados os preços e condições do contrato original.

9.5. Isenção e Multas: A Seguradora ficará isenta do pagamento da multa moratória e punitiva aplicada à **CONTRATADA** original, desde que assuma a execução e conclua a obra nos prazos e especificações previstos. Caso a Seguradora decline da retomada, deverá honrar o pagamento das multas e prejuízos causados ao erário até o limite da apólice.

9.6. Alterações Contratuais: Qualquer alteração no valor ou no prazo do contrato (aditivos) deverá ser comunicada à Seguradora para a devida atualização.

10 CLÁUSULA 10ª - MEDIÇÃO

10.1 As medições das atividades executadas serão realizadas pela fiscalização técnica com periodicidade mensal.

11 CLÁUSULA 11ª – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

11.1 O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2023 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

11.2 O pagamento somente será efetuado após a emissão do empenho da despesa e mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, se estiver atestada pela fiscalização.

11.3 Nos termos do Decreto Municipal nº 19.106/2021, as solicitações de Pagamentos devem ser protocoladas diretamente no site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa <https://www.pontagrossa.pr.gov.br>, no Sistema de Protocolo Online, ou diretamente através do link <https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/governo-digital/>, contendo a indicação do número do Contrato e do processo SEI referente a Licitação.

11.4 “Documentos Exigidos” anexar os documentos:

a) Para a primeira medição, ou se for o caso de medição única :

1. Medição;
2. Alvará, quando for o caso;
3. Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica ref. à execução da obra/serviço;
4. Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, já aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA.
5. Matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, quando for o caso;

b) Para todas as medições:

1. Medição;
2. Nota fiscal;
3. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e Seguridade Social;

4. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
5. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
7. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
8. Guia de Recolhimento da Previdência Social;
9. Folha de pagamento e respectiva GFIP;
10. Arquivo RE - Relação de Funcionários constantes no arquivo SEFIP;
11. Holerites (funcionário da obra);

c) Para a última medição, ou se for o caso de medição única:

1. Relatório de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - RGRCC - contendo o parecer de aprovação junto à SMMA;
2. CND do INSS da obra/serviço, quando for o caso;
3. Termo de Recebimento Provisório da Obra/Serviço.

11.5 O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

11.6 Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

11.7 A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

11.8 Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

11.9 Será adotado o pagamento proporcional nos valores pertinentes à administração local, considerando o andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma físico-financeiro. Não será permitido o pagamento fixo mensal relativo à administração local.

12. CLÁUSULA 12ª – REAJUSTE e REEQUILÍBRIO.

12.1 O reajuste de preços será aplicado sobre o valor contratual vigente, mantendo-se o percentual de desconto ofertado pelo Contratado na proposta que resultou na adjudicação do objeto, de modo a preservar a equação econômico-financeira inicial do ajuste.

12.2 DO REAJUSTE

12.2.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do orçamento no dia **Janeiro/2026**.

12.2.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

12.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

12.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.2.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

12.2.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.3. DO ADITIVO DE VALOR DE CUSTOS NÃO PREVISTOS NO ORÇAMENTO INICIAL

12.3.1 Para aditivos de valores cujos serviços e materiais não constarem do orçamento inicial deverão ser integrados com a Tabela SINAPI atualizada, e na falta desta, por meio de Pesquisa de Preço, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021 e art. 22 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, aplicado menos o desconto da proposta e mais o BDI ofertado, no caso de obras e serviços de engenharia.

12.3.2 A fórmula relativa ao item anterior é: (X) valor do aditivo a ser realizado, (A) o valor do item resultante da Tabela SINAPI/Pesquisa de Preço, (B) menos a taxa de desconto ofertada pela licitante, (C) somado ao **BDI de __%**, logo: $X = A - B + C$.

12.3.3 Os custos que se refere o item 1.8, incluídos em aditivos, terão como referência para o cálculo do reajuste a data do orçamento ou proposta específica de cada aditivo, reconhecendo que cada aditivo possui base de cálculo distinta.

12.3.4 O prazo mínimo de um ano para aplicação de reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajuste efetivamente aplicado à respectiva parcela ou serviço do contrato, de modo que o contrato original e cada aditivo mantenham bases e prazos próprios para reajustes.

12.4 DO REEQUILÍBRIO

12.4.1 A análise de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro levará em consideração, de forma preponderante, se a alteração do custo não se enquadra na álea ordinária (riscos normais e previsíveis) assumida pelo contratado no momento da apresentação de sua proposta.

12.4.2 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

12.4.3 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

12.4.4 O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

12.4.5 Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

12.4.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

12.4.7 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

13 CLÁUSULA 13ª: MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS

13.1 O presente contrato terá sua análise de riscos que podem ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro na forma da tabela:

1. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

Social (sanitário e trabalhista)	Surgimento de epidemias, pandemias ou novas variantes de doenças infectocontagiosas que impactem a força de trabalho e as atividades presenciais no canteiro de obras.	Aumento do absenteísmo, restrições sanitárias, paralisação total ou parcial dos serviços presenciais, impacto no cronograma e aumento de custos operacionais.	Previsão contratual de tratamento como evento de força maior, com possibilidade de suspensão temporária dos serviços por ato da Administração e prorrogação do prazo contratual, mediante comprovação do impacto. Custos ordinários permanecem a cargo da Contratada , admitindo-se reequilíbrio econômico-financeiro apenas em caso de custos extraordinários comprovadamente decorrentes de determinações administrativas ou legais supervenientes.	Risco compartilhado entre Administração e Contratada , com efeitos contratuais limitados à prorrogação de prazo e, excepcionalmente, ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.	Administração: assume o risco de prorrogação de prazo e suspensão unilateral; Contratada: assume o risco de remuneração (custos fixos) durante a paralisação, mitigado pela remuneração do risco no preço.
-------------------------------------	--	---	--	---	---

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Econômico (externo ou macroeconômico)	Ocorrência de eventos externos extraordinários, como guerras ou conflitos armados internos ou internacionais, que impactem de forma relevante a cadeia de suprimentos de materiais e equipamentos.	Escassez de matérias-primas e insumos, elevação extraordinária e imprevisível dos preços de materiais e equipamentos, com impacto no cronograma e nos custos da obra.	Tratamento como evento de força maior, com possibilidade de prorrogação de prazo contratual. O reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido mediante comprovação objetiva de elevação extraordinária de custos diretamente relacionada ao evento. A gestão ordinária de fornecedores e alternativas de suprimento permanece sob responsabilidade da Contratada .	Risco compartilhado entre Administração e Contratada , com efeitos contratuais limitados à prorrogação de prazo e, quando cabível, ao reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente	Administração: assume o risco de prorrogação de prazo e reequilíbrio econômico-financeiro (se comprovada a elevação extraordinária de custos); Contratada: assume o risco de gestão de fornecedores e a remuneração do risco no preço.
Ambiental / Licenciamento	Demora, indeferimento, desconformidade ou imposição de	Atraso no início ou no andamento do cronograma, paralisação total	Compete à Contratada , no regime de contratação integrada, a elaboração de todos os estudos	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , sem prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio	Regra: sem prorrogação de prazo, sem reequilíbrio econômico-financeiro,

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

	condicionantes no processo de licenciamento ambiental da obra, incluindo falhas na elaboração, instrução ou condução dos estudos ambientais, bem como exigências adicionais impostas pelos órgãos ambientais, no âmbito da contratação integrada.	ou parcial dos serviços, necessidade de adequações de projeto, execução de serviços adicionais, aplicação de multas ou penalidades administrativas, embargo da obra, suspensão ou indeferimento de licenças ambientais, com eventual impacto no prazo e nos custos.	ambientais exigidos, a instrução e condução integral do processo de licenciamento ambiental, bem como o atendimento tempestivo e integral às exigências e condicionantes impostas pelos órgãos competentes. A Contratada deverá elaborar e implementar as soluções técnicas necessárias ao atendimento das exigências ambientais, adotando alternativas de engenharia que minimizem impactos técnicos, financeiros e de prazo. A fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços em caso de não conformidade com as	econômico-financeiro. Exceção apenas para exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadas, que poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O inadimplemento sujeita a Contratada às penalidades contratuais cabíveis.	passível de rescisão unilateral. Exceção: fatos alheios ao controle das partes, imprevisíveis e comprovados, poderão ensejar prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.
--	---	---	--	---	--

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			exigências ambientais ou com as licenças obtidas.		
Ambiental (climático)	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos que impactem a execução da obra.	Necessidade de refazimento de serviços, alteração do cronograma, danos a serviços e materiais, prejuízos às instalações provisórias e dificuldades de acesso ao canteiro.	Planejamento da licitação e da ordem de serviço considerando períodos climáticos mais favoráveis. A Contratada deverá adotar medidas preventivas de proteção das frentes de obra, planejamento adequado das atividades e contratação de seguro de risco de engenharia.	Eventos climáticos ordinários e previsíveis são de responsabilidade da Contratada , não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro. Eventos climáticos extraordinários, devidamente comprovados e fora da média histórica, ensejam prorrogação de prazo, sem direito a reequilíbrio, salvo disposição legal em contrário.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro. Exceção: eventos climáticos extraordinários e fora da média histórica, comprovados, ensejam prorrogação de prazo, sem reequilíbrio, salvo disposição legal em contrário.
Ambiental	Imposição de novas condicionantes ou exigências ambientais por órgãos	Necessidade de adequações de projeto, execução de serviços adicionais,	Compete à Contratada , no regime de contratação integrada, elaborar e implementar, de forma técnica e tempestiva, as soluções necessárias ao	As adaptações técnicas e os riscos ordinários decorrentes de exigências ambientais integram a responsabilidade da Contratada , não ensejando prorrogação de	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	licenciadores após a licitação, não previstas no anteprojeto, nas premissas editalícias ou nos estudos ambientais originalmente apresentados, no âmbito da contratação integrada.	impacto no cronograma, aumento de custos e eventual paralisação temporária dos serviços até a adequação às exigências ambientais.	atendimento das exigências ambientais supervenientes, promovendo os ajustes de projeto e de execução cabíveis. A Administração deverá assegurar clareza das premissas ambientais no edital e poderá prestar apoio institucional no diálogo com os órgãos ambientais, sem assumir a condução do licenciamento. Ferramentas de coordenação e compatibilização de projetos, quando previstas no edital, poderão ser utilizadas como instrumento de apoio à gestão das adequações necessárias.	prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadamente alheias às premissas editalícias e ao controle das partes poderão ensejar prorrogação de prazo e, de forma excepcional, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Exceção: exigências ambientais supervenientes, imprevisíveis e comprovadamente alheias às premissas editalícias e ao controle das partes poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Legal	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás e autorizações administrativas não ambientais necessárias à execução da obra.	Atraso no início ou no andamento da obra, modificação do prazo contratual, embargo dos serviços e impacto nos custos de execução.	Planejamento prévio para solicitação tempestiva das licenças e autorizações aplicáveis. A parte responsável deverá instruir adequadamente os pedidos e atender às exigências dos órgãos competentes dentro dos prazos estabelecidos.	Risco compartilhado entre Administração e Contratada: Atrasos decorrentes de falha ou omissão da Contratada são de sua exclusiva responsabilidade, sujeitando- a às penalidades contratuais. Atrasos imputáveis à Administração ou a terceiros ensejam prorrogação de prazo e, quando cabível, indenização dos custos comprovadamente incorridos, nos termos da legislação vigente.	Contratada: sem prorrogação de prazo, sem reequilíbrio, com aplicação de penalidades. Administração ou a terceiros: prorrogação de prazo e, quando cabível, indenização de custos comprovados, nos termos legais.
Legal	Alterações relevantes na legislação ou nas normas técnicas aplicáveis à obra,	Necessidade de revisão de projetos, inclusão de novos serviços ou	Previsão contratual específica para o tratamento de alterações normativas supervenientes. A Contratada deverá	Risco compartilhado entre Administração e Contratada: Alterações normativas supervenientes, de	Administração: Alterações normativas supervenientes obrigatórias ensejam prorrogação de prazo e

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	ocorridas durante a execução contratual.	sistemas, impacto nos custos e prorrogação de prazo em razão de reaprovações ou novos licenciamentos.	acompanhar a legislação e as normas técnicas aplicáveis e propor soluções técnicas que atendam às novas exigências.	cumprimento obrigatório, que impactem o contrato ensejam prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente. Permanecem sob responsabilidade da Contratada as adaptações decorrentes de falhas próprias ou de não observância da legislação vigente à época da contratação.	eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Contratada: falhas ou descumprimento de normas vigentes à época da contratação não ensejam prorrogação de prazo nem reequilíbrio.
Construção	Variações nos custos de transporte e logística de materiais decorrentes da escolha de	Alteração dos custos de execução relacionados a fretes, transporte de materiais e	Planejamento logístico prévio pela Contratada , incluindo levantamento de fornecedores, definição de rotas e locais de destinação de resíduos, observadas as exigências legais aplicáveis.	Risco ordinário de responsabilidade da Contratada , não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	fornecedores, distâncias de transporte e condições operacionais da obra.	destinação de resíduos.			
Construção	Deteção de nível de lençol freático diverso daquele indicado nas investigações geotécnicas disponibilizadas para a contratação.	Necessidade de adequação do método executivo de escavações, fundações ou rebaixamento do lençol freático, com impacto nos custos e no prazo de execução.	Realização de sondagens e investigações geotécnicas compatíveis com o porte da obra, bem como adoção de métodos construtivos adequados às condições encontradas.	Variações previsíveis e compatíveis com as investigações geotécnicas são de responsabilidade da Contratada . Condições geotécnicas excepcionais, não indicadas ou não previsíveis, ensejam prorrogação de prazo e eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

Construção	Ocorrência de falhas de planejamento, gestão, execução ou organização da obra, imputáveis à Contratada , que impactem o prazo ou os custos da execução.	Atraso no cronograma e aumento dos custos de execução.	Seleção de Contratada com capacidade técnica e econômico-financeira compatível com o objeto; fiscalização contratual atuante; exigência de garantias contratuais; planejamento adequado da execução pela Contratada e contratação de seguro de risco de engenharia.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Construção	Utilização de equipamentos inadequados, insuficientes ou métodos construtivos incompatíveis com as especificações técnicas do projeto.	Ocorrência de retrabalhos, não atendimento aos padrões de qualidade exigidos, atraso no cronograma e aumento dos custos de execução.	Exigência de requisitos de habilitação técnica compatíveis com o objeto; verificação, pela fiscalização, da adequação dos equipamentos e métodos empregados; aplicação de penalidades contratuais em caso de	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			descumprimento das especificações.		
Construção	Ocorrência de roubos, furtos ou atos de vandalismo envolvendo materiais, equipamentos ou instalações do canteiro de obras.	Aumento dos custos de execução, atrasos na reposição de materiais e equipamentos e danos às instalações provisórias.	Adoção de medidas de segurança no canteiro de obras, incluindo controle de acesso e vigilância, bem como contratação de seguro de risco de engenharia.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Geológico	Existência de formações rochosas ou condições geológicas com características geomecânicas distintas daquelas inicialmente	Necessidade de alteração do método de escavação ou desmonte, ajustes nas soluções de fundação, com impacto no prazo	Elaboração, pela Contratada , de estudos geotécnicos adequados ao porte do empreendimento, incluindo sondagens e ensaios de campo compatíveis; definição de soluções técnicas condizentes com as	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete a realização dos estudos geotécnicos e a definição das soluções construtivas, nos termos do edital.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	estimadas, identificadas a partir dos estudos geotécnicos elaborados pela própria Contratada .	e nos custos de execução dos serviços.	condições encontradas; planejamento executivo que considere as características do subsolo.		

Geológico	Diferença nos fatores de empolamento ou contração do solo em relação aos valores estimados, em decorrência das características do material efetivamente encontrado.	Alteração do volume de material solto, com impacto na quantidade de transporte, nos custos de bota-fora ou espalhamento e no planejamento da execução.	Elaboração, pela Contratada , de estudos e levantamentos adequados sobre as características do solo; definição de métodos executivos e logística compatíveis; planejamento do transporte considerando variações de empolamento e contração.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete a realização dos estudos de solo e o dimensionamento das soluções executivas e logísticas, nos termos do edital.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Performance	Não atingimento dos níveis mínimos de	Não aprovação do projeto ou dos sistemas	Definição clara dos requisitos de desempenho no anteprojeto ou projeto	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , quanto aos itens e soluções	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	desempenho e funcionalidade estabelecidos no anteprojeto ou no projeto básico, relativamente aos sistemas, instalações e demais elementos sob responsabilidade da Contratada .	executados, necessidade de adequações ou retrabalhos, aumento de custos e atraso na entrega da obra ou dos sistemas em condição operacional.	básico; acompanhamento técnico pela fiscalização; realização de ensaios, testes e verificações de desempenho quando aplicáveis; aplicação de penalidades contratuais em caso de não conformidade.	sob sua atribuição, nos termos do edital.	econômico-financeiro, cabendo rescisão unilateral e aplicação de penalidades.
Construção (Prazo)	Atraso na entrega de materiais, equipamentos ou sistemas essenciais à execução da obra, em decorrência de falhas na gestão da cadeia de suprimentos.	Paralisação ou redução do ritmo das frentes de serviço, comprometimento do prazo global de execução e aplicação de penalidades contratuais.	Planejamento e gestão adequada dos suprimentos pela Contratada , com identificação e antecipação da aquisição de insumos críticos; acompanhamento pela fiscalização do cronograma de fornecimentos.	Risco de responsabilidade da Contratada quanto aos atrasos ordinários na cadeia de suprimentos. Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, bem como atrasos imputáveis à Administração , ensejam prorrogação de prazo, nos	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior e atrasos imputáveis a Administração ,

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
				termos da legislação e do contrato. <i>Atrasos decorrentes de gestão ordinária de fornecedores não ensejam reequilíbrio econômico-financeiro.</i>	poderão ensejar prorrogação de prazo.

Construção (Reforma)	Identificação de patologias ocultas ou condições estruturais não aparentes na edificação existente, descobertas durante as atividades de demolição ou intervenção.	Necessidade de execução de serviços não previstos no escopo original, revisão de projetos, aumento de custos e impacto no prazo de execução.	<p>Compete à Contratada, no regime de contratação integrada, realizar inspeções, levantamentos e análises técnicas compatíveis com o objeto, bem como elaborar e implementar as soluções técnicas necessárias ao tratamento das condições identificadas.</p> <p>A Administração deverá disponibilizar as informações e documentos existentes sobre a edificação e avaliar</p>	Os riscos associados à identificação e ao tratamento de patologias ocultas integram a responsabilidade da Contratada , não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Condições estruturais absolutamente imprevisíveis, não detectáveis por inspeções técnicas compatíveis com o objeto e comprovadamente alheias às premissas editalícias	<p>Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>Exceção: em casos considerados absolutamente imprevisíveis, poderão ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.</p>
----------------------	--	--	---	---	--

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			tecnicamente as soluções propostas, nos marcos contratuais definidos.	poderão ensejar prorrogação de prazo e, excepcionalmente, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	
Construção (Qualidade)	Pressão pelo cumprimento de prazos levar à redução da qualidade dos serviços executados ou ao descumprimento de etapas técnicas obrigatórias, como períodos mínimos de cura e assentamento.	Ocorrência de retrabalhos, rejeição de serviços pela fiscalização, comprometimento do desempenho e da garantia contratual.	Implementação, pela Contratada , de Plano de Qualidade da Obra, com controle de processos, checklists e observância das normas técnicas e fichas dos fabricantes; acompanhamento sistemático pela fiscalização , com recusa de serviços executados em desconformidade. O uso de aditivos ou técnicas de aceleração somente será admitido quando	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	<p>Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.</p>

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
			tecnicamente justificado e previsto nas especificações.		

Social	Interferências de terceiros, como comunidade escolar, entorno e demais interessados, em razão da relevância social da obra e de sua execução em ambiente educacional ativo.	Dificuldades de acesso ao canteiro, questionamentos ou manifestações que possam impactar o ritmo de execução, gerar atrasos ou desgaste institucional.	Adoção, pela Administração , de ações de comunicação institucional e relacionamento com a comunidade escolar e o entorno; manutenção, pela Contratada , de canteiro adequadamente isolado e sinalizado, com controle de acessos e comunicação operacional clara sobre prazos e impactos.	Risco compartilhado: A Administração assume a responsabilidade pela comunicação institucional e pelo relacionamento com a comunidade escolar e o entorno. Falhas comprovadas na comunicação institucional, que resultem em impactos relevantes e alheios à gestão da Contratada , poderão ensejar prorrogação de prazo e, quando caracterizada onerosidade excessiva, eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Comunicação institucional (Administração) : prorrogação de prazo e eventual reequilíbrio apenas se comprovada falha imputável. Gestão do canteiro (Contratada) : sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio.
--------	---	--	--	--	---

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
				A Contratada assume integralmente os riscos relacionados à gestão operacional do canteiro de obras, incluindo isolamento, sinalização, controle de acessos e organização das frentes de trabalho, não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por fatos inerentes à sua atuação.	
Construção (Responsabilidade Civil)	Danos a bens remanescentes, tais como equipamentos, mobiliário existente, áreas não objeto de intervenção e estruturas	Necessidade de reparo ou reposição de bens, aumento de custos, prejuízos à Administração e desgaste na	Levantamento e inventário prévio dos bens existentes; proteção física e isolamento das áreas não intervencionadas; adoção de procedimentos executivos adequados; contratação de seguro de responsabilidade civil.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada .	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	adjacentes, ocorridos durante a execução da obra.	relação institucional.			

Construção / Projeto	Incompatibilidades entre disciplinas de projeto e interferências físicas durante a execução, decorrentes de falhas de coordenação e compatibilização das soluções técnicas sob responsabilidade da Contratada .	Ocorrência de retrabalhos, aumento do consumo de materiais e mão de obra, perda de produtividade e atrasos parciais na execução da obra.	Coordenação técnica integrada dos projetos sob responsabilidade da Contratada ; realização de análises de interferência (clash detection) antes da execução; reuniões periódicas de compatibilização; entrega de modelos e documentos nos marcos contratuais previstos.	Risco de responsabilidade exclusiva da Contratada , considerando que lhe compete o desenvolvimento, a coordenação e a compatibilização dos projetos, nos termos do edital e do regime de contratação, não sendo admitidos pleitos decorrentes de incompatibilidades entre os projetos por ela desenvolvidos.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Construção /	Descontinuidade de linha, atraso de fabricação ou	Necessidade de reespecificação de itens, tempo	Planejamento e gestão de suprimentos pela Contratada , com	Os riscos ordinários de mercado e de gestão da cadeia de suprimentos são	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Suprimentos	indisponibilidade de equipamentos, sistemas e mobiliário especificados.	adicional para análise e aprovação de equivalências, risco de perda de padronização, eventual aumento de custos e impacto no cronograma de entrega e comissionamento	mapeamento de fornecedores alternativos, definição de prazos realistas, formalização de contratos com fabricantes e apresentação prévia de propostas de equivalência técnica; atuação da Administração na análise das equivalências, observados os critérios de desempenho e conformidade técnica.	de responsabilidade exclusiva da Contratada . Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, poderão ensejar tratamento específico quanto a prazo, nos termos contratuais e legais.	equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo.
Projeto / BIM	Incompatibilidades, erros ou omissões entre as disciplinas de arquitetura, estrutura, climatização/PMO C, dados, elétrica/LED,	Retrabalhos de projeto e obra, aumento do consumo de materiais e mão de obra, perda de produtividade, atrasos no cronograma,	Elaboração, pela Contratada , de projetos básico e executivo compatibilizados, realização de detecção de interferências (clash detection) antes do início da execução e em marcos definidos; reuniões	Os riscos relacionados à concepção, compatibilização, coordenação e adequação dos projetos, bem como às interfaces técnicas entre disciplinas, são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos do regime de contratação	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

	hidrossanitário, paisagismo, PPCI, mobiliário e demais sistemas, decorrentes de falhas na concepção, modelagem, coordenação ou compatibilização dos projetos desenvolvidos no âmbito da contratação integrada.	necessidade de revisões de soluções técnicas, impactos no desempenho e no comissionamento dos sistemas.	periódicas de compatibilização; entrega de modelos federados e quantitativos extraídos do modelo; validação dos modelos pela fiscalização nos marcos contratuais, sem transferência de responsabilidade técnica.	integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ainda que os projetos sejam submetidos à análise ou aprovação pela Administração .	
Projeto / Mobiliário	Incompatibilidades, erros ou omissões no projeto de mobiliário e equipamentos fixos da quadra	Impossibilidade de instalação conforme previsto, necessidade de ajustes de layout ou de projeto,	Elaboração, pela Contratada , dos projetos do mobiliário e equipamentos fixos compatibilizados com os demais projetos; verificação prévia de interferências com	Os riscos relacionados ao projeto, especificação e compatibilização do mobiliário e dos equipamentos fixos da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	escolar (arquitetônicas, bancos, guarda-volumes, mobiliário administrativo de apoio, equipamentos esportivos fixos), em relação aos projetos de arquitetura, estrutura, elétrica, iluminação, acessibilidade e segurança, decorrentes de falhas de concepção ou compatibilização no âmbito da contratação integrada.	prejuízo às condições de uso, segurança ou acessibilidade, substituição de elementos, atrasos pontuais na entrega da obra.	estrutura, iluminação, pontos elétricos e rotas acessíveis; validação dos layouts funcionais com a Administração em marcos contratuais definidos; apresentação de amostras ou memoriais técnicos dos elementos principais, quando aplicável.	da Contratada , nos termos da contratação integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

Performanc e / Sistemas	Não atingimento, pelos sistemas prediais da quadra escolar (iluminação/LED, instalações elétricas, dados quando aplicável, ventilação ou climatização dos ambientes de apoio), dos níveis mínimos de desempenho, conforto, segurança e eficiência definidos no anteprojeto ou Termo de Referência.	Não aceitação dos sistemas pela fiscalização; necessidade de ajustes, regulagens ou substituição de equipamentos; custos adicionais para adequação; atrasos pontuais na conclusão da obra e na obtenção das autorizações necessárias para uso da edificação	Especificação e dimensionamento dos sistemas conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT, NRs e demais regulamentos); realização de testes funcionais e verificações de desempenho antes da entrega; atendimento aos requisitos mínimos de iluminância e segurança; elaboração, quando aplicável, de Plano de Operação e Manutenção dos sistemas instalados.	Os riscos relacionados ao desempenho dos sistemas prediais da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos da contratação integrada, respondendo pela adequação técnica da solução adotada, sem direito à prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
-------------------------------	--	---	--	--	---

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
Performanc e / Mobiliário	Mobiliário e equipamentos fixos da quadra escolar (arquibancadas, bancos, guarda-volumes, mobiliário administrativo de apoio e equipamentos esportivos fixos), fornecidos ou projetados pela Contratada, não atenderem aos requisitos mínimos de ergonomia, funcionalidade, segurança, acessibilidade e durabilidade definidos no	Inconformidade com normas técnicas e requisitos contratuais, desconforto ou risco aos usuários, necessidade de substituição ou ajustes dos elementos, retrabalho, atrasos pontuais na liberação da quadra para uso.	Especificação dos elementos conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT, NR-17 quando pertinente, acessibilidade e segurança); apresentação prévia de memoriais técnicos, catálogos ou amostras dos itens principais; inspeção de recebimento com checklist de conformidade funcional e de segurança; garantia contratual dos mobiliários e equipamentos instalados.	Os riscos relacionados ao desempenho, ergonomia, funcionalidade e segurança do mobiliário e dos equipamentos fixos da quadra escolar são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que responde pelo projeto, fornecimento e instalação, sem direito à prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	anteprojeto ou Termo de Referência.				

Execução / Obra e Instalações	Falhas na execução das obras e dos serviços necessários à plena funcionalidade da quadra escolar e de seus ambientes de apoio, incluindo instalações incompletas, acabamentos inadequados, execução em desconformidade com os projetos, especificações	Ocorrência de retrabalhos, aumento de custos de execução, atrasos no cronograma, não recebimento provisório ou definitivo da obra e redução da vida útil dos sistemas e elementos construtivos.	Implementação, pela Contratada , de Plano de Qualidade da Obra; utilização de mão de obra qualificada; atendimento rigoroso às normas técnicas, projetos e manuais dos fabricantes; acompanhamento pela fiscalização; realização de testes de campo, verificações funcionais e ajustes finais antes do recebimento da obra.	Os riscos decorrentes de falhas de execução são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que responde pela correta execução dos serviços, estando sujeita às penalidades contratuais cabíveis, sem direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por falhas próprias.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
-------------------------------------	--	---	--	---	---

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	técnicas ou normas aplicáveis.				
Execução / Integração da Entrega	Falhas na integração entre projetos, obras, sistemas e equipamentos fixos da quadra escolar, comprometendo a entrega da edificação em condições plenas de uso, com todos os elementos instalados, testados e operacionais.	Impossibilidade de utilização da quadra na data prevista, atrasos na liberação para uso pela comunidade escolar, necessidade de ajustes tardios, retrabalhos e custos adicionais.	Planejamento integrado das etapas de projeto, execução, fornecimento e instalação de sistemas e equipamentos; cronograma físico-financeiro coerente com a matriz de riscos; reuniões periódicas de coordenação entre frentes de trabalho; execução de testes integrados, verificações funcionais e procedimentos de comissionamento antes da entrega final.	Os riscos relacionados à integração entre obras, sistemas e equipamentos, bem como à entrega da quadra escolar em condições plenas de uso, são de responsabilidade exclusiva da Contratada , nos termos da contratação integrada, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por falhas próprias.	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro.
Suprimentos / Materiais e	Atraso, descontinuidade de linha ou	Paralisação ou desaceleração de frentes de	Planejamento e gestão de suprimentos pela Contratada, com	Os riscos ordinários de mercado relacionados à cadeia de suprimentos e à	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

Equipamentos	indisponibilidade de materiais e equipamentos necessários à execução e à funcionalidade da quadra escolar, tais como luminárias, equipamentos elétricos, componentes de dados quando aplicável e demais equipamentos de sistemas previstos no anteprojeto.	trabalho, necessidade de reespecificação de itens, eventuais aumentos de custos e atrasos na instalação e entrega dos sistemas.	identificação de itens críticos; formalização de contratos com fornecedores; definição prévia de alternativas técnicas equivalentes, atendidos os requisitos de desempenho; atualização e controle do cronograma de fornecimentos.	disponibilidade de materiais e equipamentos são de responsabilidade exclusiva da Contratada , que deverá contemplá-los em sua proposta, não ensejando prorrogação de prazo ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Eventos extraordinários e imprevisíveis, caracterizados como força maior, poderão ser tratados nos termos contratuais e legais aplicáveis.	equilíbrio econômico-financeiro. Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Legal / Normativo	Alterações relevantes e supervenientes em normas técnicas, regulamentos ou	Necessidade de adequação de projetos, sistemas ou equipamentos,	Previsão contratual específica para tratamento de alterações normativas supervenientes; registro formal da mudança	As alterações normativas supervenientes e imprevisíveis configuram risco extraordinário.	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	exigências legais aplicáveis à quadra escolar (incluindo instalações elétricas, iluminação, acessibilidade, segurança contra incêndio e demais sistemas previstos), ocorridas após a assinatura do contrato e não previsíveis à época da licitação.	revisões de aprovações e licenciamentos, aumento de custos e impacto no prazo de execução.	normativa e de seus impactos; elaboração, pela Contratada , de solução técnica compatível e otimizada para atendimento às novas exigências; análise, pela Administração , dos efeitos sobre prazo e equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.	Compete à Contratada promover a atualização técnica dos projetos e a correta implementação das adequações exigidas. Compete à Administração avaliar e, quando caracterizada a onerosidade excessiva decorrente da alteração normativa, reconhecer a prorrogação de prazo e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos contratuais e legais.	Exceção: em casos de caracterização de onerosidade excessiva decorrente de alteração normativa, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Operação / Continuidade das atividades	Restrições operacionais decorrentes da necessidade de manter a	Redução de produtividade, necessidade de reprogramação de frentes de	Elaboração, pela Contratada , de Plano Executivo de Continuidade Operacional e de Comunicação, com	As restrições operacionais existentes e informadas no edital integram o risco ordinário da execução e são	Regra: sem prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
---------------	--------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---------

	continuidade das atividades educacionais e administrativas no entorno da quadra escolar durante a execução da obra, incluindo limitações de horários, acessos, circulação interna e controle de ruídos.	trabalho, aumento de custos indiretos e atrasos pontuais no cronograma.	setorização de frentes de serviço, definição de janelas para atividades ruidosas, controle de acessos, rotas segregadas e comunicação com a comunidade escolar e a Administração ; ajuste de métodos e turnos de trabalho quando necessário.	de responsabilidade da Contratada . A imposição de novas restrições ou o agravamento relevante das condições operacionais por ato superveniente da Administração poderão ensejar revisão de prazo, nos termos contratuais e legais.	Exceção: em casos de comprovação de força maior, podem ensejar prorrogação de prazo e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
Segurança do Trabalho / Canteiro de Obras	Ocorrência de acidentes de trabalho, incluindo quedas de pessoas ou objetos, falhas nos sistemas de proteção coletiva, desmoroamento	Paralisação total ou parcial das atividades, interrupção ou atraso dos serviços, aumento dos custos de execução, danos	Elaboração e implementação, pela Contratada, do Plano de Segurança e Saúde no Trabalho (SST); cumprimento integral das Normas Regulamentadoras aplicáveis (NR-18, NR-35 e demais pertinentes);	Os riscos relacionados à segurança do trabalho, à integridade de terceiros e à preservação de bens durante a execução da obra são de responsabilidade exclusiva da Contratada , por se tratarem de riscos seguráveis e inerentes à gestão do	Regra: sem prorrogação de prazo e sem reequilíbrio econômico-financeiro. Sujeito à aplicação de penalidades e responsabilidades civil, trabalhista e administrativa.

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Materialização (Consequência)	Mitigação (Resposta ao Risco)	Alocação de Responsabilidade	Efeitos
	de estruturas, bem como incidentes envolvendo terceiros ou danos a edificações vizinhas, instalações existentes e bens remanescentes durante a execução da obra da quadra escolar.	a bens, responsabilização civil, trabalhista e administrativa, aplicação de multas, embargos, atrasos no cronograma e impactos institucionais.	acompanhamento por profissional legalmente habilitado; implantação de proteções coletivas e uso de EPIs; controle de acesso, isolamento e sinalização do canteiro; realização de treinamentos periódicos; contratação de seguros obrigatórios, incluindo seguro de riscos de engenharia e de responsabilidade civil.	canteiro, não ensejando prorrogação de prazo nem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	

14 CLÁUSULA 14ª - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Nos termos do art. 80, I 'a' e 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023 o objeto do presente contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, anexos e da proposta, será recebido:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

15 CLÁUSULA 15ª - DOS SERVIÇOS EXTRAS

15.1 Não será permitida a execução de serviços extras e/ou complementares, quaisquer que sejam os motivos, sem prévia e

expressa autorização do contratante e realização de aditivo contratual.

16. CLÁUSULA 16ª – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

16.2. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.

16.4. Emitir decisão, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.4.1 A Administração terá o prazo de 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

16.7. Verificar se a obra/serviço corresponde às especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento provisório e definitivo.

16.8. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução da obra, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

16.9. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através de servidores designados para fiscalização, cabendo a estes, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

16.10 Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

16.11 Efetuar o pagamento à Contratada no valor pactuado, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Contrato e seus anexos.

16.12 Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado.

17 CLÁUSULA 17ª - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

17.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e anexos, assumindo as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

17.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e Código Civil.

17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos que poderá ser apurado em processo administrativo.

17.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

17.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

17.6. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

17.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

17.10. Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

17.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

17.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

17.13. Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Projeto Básico e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

17.14. Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para a execução do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada.

17.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

17.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

17.18. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinados pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.19. Efetuar o pagamento de todos os tributos e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

17.20. Manter contato com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis.

- 17.21.** Manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão, inclusive para fins de cumprimento do art. 27 do Decreto Municipal 21.635/2023.
- 17.22.** Fornecer por sua exclusiva conta todo material, equipamentos, acessórios e mão-de-obra que se façam necessários para a execução total da obra.
- 17.23.** Providenciar dispositivos que garantam as condições adequadas de segurança, incluindo sinalização de tráfego.
- 17.24.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais.
- 17.25.** Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito.
- 17.26.** Entregar prontamente quaisquer documentos exigidos pelo fiscal da obra, ou ainda pelo gestor de contratos.
- 17.27.** Manter, no local da obra, preposto habilitado para representá-la na execução do contrato e acompanhar os trabalhos de recebimento da obra.
- 17.28.** Providenciar os alvarás de construção, recolhimento da ART/RRT, INSS e outros necessários à execução e liberação da obra, no prazo legal.
- 17.29.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 17.30.** Proceder a limpeza geral ao final da obra, de modo que seja entregue isenta de resíduos de construção.
- 17.31.** Remover, às suas expensas, os detritos (galhos, troncos etc...) resultantes da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 17.32.** Comprovar a disposição adequada dos resíduos sólidos de construção civil conforme as exigências contidas na resolução CONAMA nº 307/2002 e no Decreto Municipal 9.015/2014 para fins de recebimento da obra pela Fiscalização do Município, sendo essa comprovação obrigatória e sob a responsabilidade e às expensas da Contratada.
- 17.33.** Executar ensaios de controle tecnológico dos serviços por empresa especializada e habilitada legalmente para este fim, às suas expensas, sendo requisito para a liberação das medições, pela Fiscalização do Município, a apresentação de relatórios e laudos conclusivos atestando a sua conformidade com as normas técnicas da ABNT e especificações do DER-PR e DNIT, no que couber, e respeitado, no mínimo, o disposto no memorial descritivo da obra.
- 17.34.** É de responsabilidade da contratada, apresentar até a data de assinatura do contrato, o vínculo (carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço) com o(s) profissional(is) responsável(is) pela obra, que, obrigatoriamente, deverá(ão) ser aquele(s) indicado(s) pela empresa no processo licitatório (detentor dos acervos e atestados de capacidade técnica que possibilitaram a habilitação da empresa no certame).
- 17.35.** Providenciar a fixação de placa indicativa na obra, conforme modelo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, sob pena de incorrer em multa de 0,2% (zero vírgula dois) do valor contratual por dia de atraso na colocação. A placa permanecerá na obra por prazo indeterminado.
- 17.36.** Manter na obra, devidamente atualizado, LIVRO DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS.
- 17.37.** Realizar acompanhamento dos serviços constantemente através do responsável técnico da Contratada.
- 17.38.** Montar abrigo provisório para suprir as necessidades de depósito, escritório e sanitários para os empregados da obra.

Prever a entrada de água e de energia elétrica provisória. Ao final da obra a empresa deverá retirá-lo do local.

17.39. Obedecer às recomendações dos fabricantes na aplicação de materiais industrializados.

17.40. Todos os materiais de acabamento deverão ter prévia aceitação e aprovação por parte da fiscalização.

17.41. Destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de emprego às trabalhadoras do sexo feminino, conforme Lei Municipal 11.681/2014.

17.42. Priorizar, resguardada a livre iniciativa, a contratação de trabalhadores via Agência do Trabalhador deste município, conforme Lei Municipal 13.837/2020.

17.43. Atender o disposto na Lei Municipal nº 11.233 de 2012 que trata da política ambiental municipal de Ponta Grossa.

17.44. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 9.015 de 2014 que trata do plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa.

17.45. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.994 de 2016 que institui as diretrizes para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, classifica os resíduos sólidos, identifica os geradores.

17.46. Atender o disposto no Decreto Municipal nº 10.995 de 2016 institui o plano municipal de gestão de resíduos da construção civil - PMGRCC.

18. CLÁUSULA 18ª – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados, e seus suplentes.

18.3. Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

18.5. Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

19. CLÁUSULA 19ª – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 21.500/2023.

19.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. O presente contrato poderá ser alterado pela Contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

19.4. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

19.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20. CLÁUSULA 20ª – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.2. Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

20.3. Multa compensatória:

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

20.4. De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) Em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.
- b) Em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

20.5. De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

20.5.1 O atraso no cumprimento do cronograma superior a 30 (trinta) dias também será considerada inexecução parcial sendo aplicável a multa do item 20.5 do Contrato.

20.6. De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato.
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 11.846/2013.
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- h) Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

20.7. Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor CONTRATADO. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade.
- b) Descontado do valor da garantia prestada.
- c) Pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis.
- d) Encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

20.8. Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

20.9. Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.10. Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido

20.11. Impedimento pelo período de 2 (dois) anos a 3 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado.
- b) dar causa à inexecução total do contrato.

20.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 11.846/2013.

20.13. Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o CONTRATADO está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.

20.14. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

20.15. Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

21. CLÁUSULA 21ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente.

21.2. Aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3. A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

22. CLÁUSULA 22ª - DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS:

22.1 Os materiais e mão de obra a serem empregados nos serviços decorrentes deste CONTRATO serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios, cabendo ainda, à CONTRATADA, colocar na obra os equipamentos necessários na época prevista para seu funcionamento.

23. CLÁUSULA 23ª - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

23.1. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, devendo fornecer o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

23.2. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

23.3. Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

23.4. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”, Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

23.5. O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências da lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

23.6. Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

24. CLÁUSULA 24ª- ANTICORRUPÇÃO

24.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de

prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. CLÁUSULA 25ª – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

25.1. As partes deverão cumprir a Lei 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

25.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

25.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

26. CLÁUSULA 26ª – DOS CASOS OMISSOS

26.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

27. CLÁUSULA 27ª – PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 11.527/2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/2012](#). O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

28. CLÁUSULA 28ª – DO FORO

28.1. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

28.2. Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de ____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATANTE

INTERVENIENTE ANUENTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

05 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **JOANA D ARC PANZARINI EGG**, **Secretária Municipal de Educação**, em 05/05/2026, às 09:49, horário oficial de Brasília, conforme o Decreto Municipal nº 14.369 de 03/05/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.pontagrossa.pr.gov.br/validar> informando o código verificador **7375316** e o código CRC **B853DD17**.